

Brasil vai

GAZETA MERCANTIL

* 4 ABR 1991

pagar juros ao Clube de Paris

por Celso Pinto
de Paris

O Brasil decidiu oferecer ao Clube de Paris o mesmo tratamento já em vigor para os bancos privados: a partir de agora, toda dívida oficial contratada por credores privados terá os juros e principal pagos normalmente. O Brasil decidiu também regularizar sua situação com o Coface, organismo responsável pelos créditos oficiais na França.

Os dois gestos de boa vontade foram incluídos pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, nas conversas que teve ontem, em Paris, com o ministro das Finanças, Pierre de Berégovoy, e com o presidente do Clube de Paris, o organismo que renegocia os créditos oficiais, Jean Claude Trichet. Ela encontrou-se, ainda, com dirigentes de dezesseis grandes empresas francesas.

A parcela de dívida do setor privado junto ao Clube de Paris é mínima, cerca de US\$ 570 milhões, para um total de mais de US\$ 20 bilhões. Passar a pagar em

dia estes compromissos significará um desembolso de cerca de US\$ 140 milhões neste ano. Representa, de todo modo, um gesto de boa vontade.

A regularização da situação com o Coface é o final de um processo de negociação bilateral que se vem arrastando há anos, desde a conclusão do último acordo com o Clube de Paris. Os atrasados com o Coface até o final de dezembro do ano passado, de US\$ 274 milhões, serão pagos em três parcelas, em abril, maio e junho. A dívida deste ano, de outros US\$ 140 milhões, será paga normalmente.

O acerto com o Coface abre espaço para a retomada de créditos oficiais pelo governo francês. A ministra mencionou a hipótese específica de financiamento de aviões Tucano. Continuam pendentes, contudo, os atrasos de 2 bilhões de francos (cerca de US\$ 351 milhões) que o Banco Central não tem como colocar em dia: são créditos que credores brasileiros não pagaram em cruzeiros ao BC, que, por essa razão, es-

tá constitucionalmente impedido de enviar o pagamento em dólares. Os franceses continuam reclamando desse problema mas a ministra garantiu que ele não será um impedimento para a concessão de novos créditos oficiais.

Os gestos de simpatia não impediram colocações mais firmes de parte a parte. Trichet, como era esperado, reclamou do comportamento do Brasil na negociação com a Polônia no Clube de Paris (o Brasil é o segundo maior credor oficial da Polônia). Pelo que apurou este jornal, Trichet repetiu à ministra o que havia dito durante a negociação: que o Brasil havia-se comportado como um devedor, numa reunião de credores. O ponto de discordância é o fato de o Clube de Paris ter aceitado perdoar metade da dívida oficial polonesa, algo que Trichet queria caracterizar como uma exceção e o Brasil entender como um precedente aplicável a outros países, inclusive ao próprio Brasil.

Trichet usou alguns argumentos para justificar seu ponto de vista. Disse, segundo a ministra, que a Polônia e o Egito (que deverá ter um benefício parecido numa negociação próxima) são países de renda baixa. O benefício não se justificaria para países de renda média como o Brasil, segundo Trichet. Disse também que a Polônia é um país que está montando uma economia de mercado e que não teria nenhuma possibilidade de recorrer ao mercado internacional — caso diferente do brasileiro.

A ministra procurou insistir no fato de o Brasil precisar de um forte apoio internacional para superar suas dificuldades. Nesse

(Continua na página 20)

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, confirmou ontem em Brasília que um entendimento em torno dos juros dos bônus que vão substituir os atrasados é, no momento, o "ponto mais sensível" no processo de negociações da dívida externa brasileira. Segundo Eris, o Brasil já admite um acordo que contemple juros flutuantes, mas não fixos, nos serviços daqueles bônus.

(Ver página 20)

Brasil vai pagar juros ao...

por Celso Pinto
de Paris

(Continuação da 1ª página)
sentido, o País acha que merece uma solução tão generosa quanto a da Polônia, mesmo que não tenha, necessariamente, o mesmo formato. Ela insistiu na posição brasileira de considerar o caso da Polônia como um precedente.

Trichet queria saber como andavam as negociações do Brasil com o FMI. A ministra disse que uma missão está indo ao Brasil para o processo rotineiro de consultas dentro do artigo 4º do Fundo, mas que o governo não considera este o momento adequado para o início de uma negociação com o FMI. "Vamos ver como evoluem as condições macroeconômicas da economia para vermos quando discutiremos um acordo com o Fundo", definiu. Sem um acordo com o Fundo é impossível abrir uma negociação formal com o Clube de Paris. A ministra diz não ter nenhuma idéia sobre quando esta negociação poderá ocorrer.

O encontro com os empresários franceses, no final da manhã, na Embaixada do Brasil foi cordial, mas não faltaram dúvidas e reclamações. O grupo era muito expressivo: incluiu os presidentes ou altos dirigentes dos grupos L'Oreal, Michelin, Usinor-Sacilor Thomson, Alcatel Alsthom, Air France, Lafarge-Copée, Pernod Ricard, Saint-Gobain, Total-CFP, Elf-Aquitaine, GTM-Entrepose, Rhône-Poulenc, Conseil National du Patronat Français, Aerospatiale e Matra.

A pedido da ministra, nenhum banqueiro foi incluído na conversa. A visão dos empresários industriais, disse ela, provou ser de mais longo prazo e de maior confiança.

Não faltaram, contudo, questões delicadas. Pelo que apurou este jornal, vários empresários reclamavam das altas taxas de juro no Brasil. A ministra disse que os altos juros eram resultado dos altos "spreads", ou margens de lucros, dos bancos no Brasil, e não de uma política deliberada do governo. Para resolver o problema, admitiu a ministra, seria preciso atuar junto ao sistema bancário.

Outros empresários re-

clamaram da atual taxa de câmbio, que estaria sobrevalorizando o cruzeiro. A ministra deu a resposta esperada: o mercado de câmbio ficou livre e o governo não é mais responsável pela taxa cambial. Em parte, justificou ela, o governo liberalizou o câmbio exatamente em função dos interesses divergentes dos vários setores em relação à taxa ideal. O mercado passou a ditar a regra, segundo a ministra.

Uma terceira questão delicada levantada foi sobre quando o governo pensa em acabar com o controle de preços. A ministra lembrou que, no ano passado, o governo começou a liberação de preços muito rapidamente e isso levou a abusos. Desta vez, o governo quer fazer a liberação de forma "gradativa e cuidadosa". O objetivo final continua sendo o de ter um mercado livre, mas a análise da ministra deu a entender que o controle deverá ser mais longo do que o anterior.

Ela fez, na abertura do encontro, uma análise da economia brasileira e dos seus problemas. Mencionou o desejo do governo de ter uma atitude mais liberal com o capital estrangeiro e lembrou que foi formado um grupo de trabalho para apresentar sugestões que devem implicar uma mudança da lei que regula o capital estrangeiro.

Ao final do encontro, ela teve algumas conversas particulares, entre elas a com François M. Michelin, presidente, diretor-geral do grupo Michelin. Ele teria sido, segundo a ministra, um dos empresários que teriam manifestado sua disposição de manter e ampliar investimentos no Brasil.

No fundo, as conversas na França serviram basicamente para atualizar uma descrição das intenções e ações do governo na área econômica. A conversa com o ministro das Finanças, Beregovoy, foi principalmente isso. A França foi um dos países que pediram adiamento da aprovação de dois empréstimos, no valor de cerca de US\$ 500 milhões, no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que gerou uma dura nota de protesto do governo brasileiro.

Essa questão, contudo, não foi levantada na conversa com Beregovoy, segundo a ministra.

Ela lembrou ontem que o protesto brasileiro contra o adiamento — feito com a intenção de pressionar o Brasil a concluir um acordo com os bancos privados — não foi visto com simpatia apenas entre países em desenvolvimento. Alguns países desenvolvidos, entre eles a Suíça, a Áustria e a Noruega, se manifestaram contra o adiamento no "board" do BID.

A questão certamente vai estar presente no encontro que a ministra terá com o presidente do BID, Enrique Iglesias, no próxi-

mo final de semana em Nágóia, Japão, durante a reunião anual da instituição da qual a ministra irá participar. Ela pretende fazer um discurso "firme" na assembléia do BID. "O BID é uma instituição multilateral, não pode funcionar como instrumento de pressão na negociação com os bancos privados", disse ela ontem em entrevista à imprensa.

A ministra tem um encontro hoje de manhã com o presidente do Banco da França, Jacques de Larosière, assina um contrato de financiamento para o lançamento de dois satélites brasileiros e à noite parte para o Japão.